

SUMÁRIO

PARTE I

AS ORIGENS DO POSITIVISMO JURÍDICO ANGLO-SAXÃO	33
1. “Positivismo” jurídico: algumas palavras sobre uma palavra	39
1.1 A teoria clássica do <i>common law</i>	43
1.1.1 Sir Edward Coke e a <i>artificial reasoning</i>	45
1.1.2 John Selden e Sir Matthew Hale	49
2. O positivismo jurídico como tal: Thomas Hobbes	56
2.1 Hobbes e o <i>common law</i> : autoridade, não razão	58
2.2 Hobbes era mesmo um positivista?.....	63
2.2.1 Direito e lei natural em Thomas Hobbes.....	66
2.2.2 <i>Law of nature</i> e <i>civil law</i>	70
2.3 Conclusão parcial	76
3. O direito em Jeremy Bentham	77
3.1 Bentham e o utilitarismo.....	80
3.2 Bentham e o positivismo.....	83
3.2.1 <i>Dog law</i>	91
3.2.2 Bentham e a evolução de seu pensamento jurídico....	98
3.3 Conclusão parcial.....	105
4. O direito em John Austin	107
4.1 A <i>analytical jurisprudence</i>	109

4.1.1	Contradições e convergências com Jeremy Bentham.....	113
4.1.2	John Austin, entre a Alemanha e a Inglaterra.....	116
4.2	Conclusão parcial, e o legado da teoria jurídica de John Austin.....	120

PARTE II

POSITIVISMO E DIREITO COMO INTEGRIDADE..... 125

5.	O direito em H. L. A. Hart	127
5.1	O que é o direito?.....	131
5.1.1	As críticas de Hart à concepção imperativista....	132
5.1.2	Regras primárias e secundárias	140
5.1.3	Regra de reconhecimento.....	146
5.2	Direito e moral em H. L. A. Hart.....	151
5.3	Conclusão parcial: o positivismo e suas duas (ou três?) grandes teses	158
6.	O direito em Ronald Dworkin.....	162
6.1	O <i>general attack</i> ao positivismo jurídico	163
6.1.1	A controvérsia dos princípios	164
6.1.2	Convenções, desacordos teóricos e o aguilhão semântico	167
6.2	<i>Law as integrity</i>	174
6.2.1	Interpretativismo: conceito e concepções	175
6.2.2	Convencionalismo e pragmatismo.....	179
6.2.3	As respostas da integridade.....	182
6.3	Interlúdio: A evolução do pensamento de Dworkin.....	186

7.	Considerações (breves) sobre o positivismo depois de Ronald Dworkin	189
7.1	O <i>postscript</i> de <i>The Concept of Law</i>	190
7.2	O positivismo inclusivo/includente	196
7.3	O positivismo exclusivo/excludente.....	200
7.4	Conclusão parcial	204

PARTE III

JEREMY WALDRON E A DEMOCRATIC JURISPRUDENCE.....211

8.	Waldron e o positivismo normativo	213
9.	Waldron e Dworkin: <i>acordo</i> a partir dos <i>desacordos</i>	217
9.1	<i>Law e rule of law</i> : o conceito e o império do direito	219
9.1.1	“Against Casual Positivism”	224
9.1.2	Uma nova definição.....	227
9.2	<i>A democratic jurisprudence</i>	233
9.2.1	A metodologia de uma teoria democrática.....	235
9.2.2	O positivismo revisitado (por que não a integridade?).....	241
10.	Waldron e Dworkin: <i>desacordos</i> a partir dos <i>acordos</i>	247
10.1	Democracia e <i>judicial review</i>	249
10.1.1	O argumento contra o <i>judicial review</i>	254
10.1.2	O argumento da irrelevância da objetividade moral.....	260
10.1.3	Positivismo constitucional?.....	268
11.	Uma conclusão parcial, e <i>os ecos de uma teoria democrática</i>	271
11.1	Reconstruindo o trajeto.....	271

11.2 Os caminhos a partir da terceira via	273
11.3 Aquilo que fica	279
CONCLUSÃO	281
LISTA DE LEITURAS RECOMENDADAS	287
REFERÊNCIAS UTILIZADAS.....	291